

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## RECURSO Nº 1, DE 2025

Recurso interposto pelo Senhor Deputado Glauber Braga nos autos da Representação n. 5/2024, em que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar proferiu parecer recomendando a perda do mandato por conduta incompatível com o decoro parlamentar.

**Autor:** Deputado GLAUBER BRAGA

**Relator:** Deputado ALEX MANENTE

### I - RELATÓRIO

Trata-se de Recurso interposto pelo Deputado GLAUBER BRAGA contra atos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados e de seus membros que supostamente contrariaram as normas constitucional, regimental e do Código de Ética e Decoro Parlamentar no curso do Processo Disciplinar nº 5/2024, que culminou na recomendação de punição disciplinar de perda de mandato ao Recorrente por ter incorrido no inciso I do art. 4º do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Por meio do presente Recurso, o Recorrente apontou a existência dos seguintes vícios:

- 1. Inépcia da Representação e ausência de justa causa:** A defesa argumentou que a peça acusatória é inepta por não apresentar fatos específicos e delineados, tampouco as provas correspondentes. Alegou que a narração dos fatos é genérica, vaga e mal concatenada, não permitindo a compreensão clara das acusações e não derivando



logicamente a conclusão de perda de mandato da narração apresentada.

2. **Suspeição do Relator:** o Recorrente argumentou que o relator é suspeito por ter rompido o dever de isenção e imparcialidade. Afirmou que o Relator teria declarado sua prévia disposição em condená-lo. Alegou que o Relator se envolveu em episódios de agressão física nas dependências da Câmara, casos assemelhados ao objeto da Representação, o que retiraria sua isenção. Apontou um possível interesse direto e pessoal, mencionando que o Relator teria sido beneficiado por emendas do "Orçamento Secreto" e estaria ligado a interesses que buscam perseguir o Recorrente por suas denúncias contra o esquema. Aduziu que o Relator teria demonstrado parcialidade ao criticar sua conduta em seu voto, considerando-a beligerante e desrespeitosa e acusando o Recorrente de usar estratégias protelatórias, personalizando sua participação. Segundo o Recorrente, o Relator teria, ainda, levado em conta fatos supostamente ocorridos no curso do processo que não foram objeto da Representação, sem submetê-los ao contraditório ou à análise prévia do Conselho.
3. **Ofensa às normas internas:** o Recorrente alegou ofensa aos arts. 11 e 12 do Código de Ética e Decoro Parlamentar (CEDP) no que tange à punição aplicada. Sustentou, ademais, que o relatório, parecer e voto não foram disponibilizados antes da sessão de leitura, sendo entregues minutos antes, violando o regulamento do CEDP. Mencionou, também, irregularidades relativas à não observância da precedência de questão de ordem sobre a abertura do painel de votação e a necessidade de presença física para a votação que exige maioria absoluta, conforme acordo de procedimentos e precedentes.



4. **Cerceamento de defesa:** o Recorrente aduziu que o Relator indeferiu a oitiva de metade das oito testemunhas arroladas pela defesa de forma arbitrária e infundada, violando o direito fundamental à produção de prova.
5. **Rompimento da isonomia e da proporcionalidade:** A defesa alegou que o tratamento dado ao Recorrente é desigual e desproporcional em relação a casos semelhantes julgados pelo Conselho de Ética.
6. **Legítima defesa:** A defesa asseverou que o Recorrente agiu em legítima defesa contra uma série de agressões, ameaças e perseguições reiteradas e contínuas (*stalking*) por membros do MBL. Sustentou que a reação do Recorrente seria proporcional e justificada diante de ofensas graves (inclusive à sua mãe) e da iminência de agressão física. Aduziu que o contexto e os precedentes das agressões sofridas pelo Representado foram desconsiderados.
7. **Perseguição e desvio de finalidade:** A defesa argumentou que a representação e seu processamento configuram ato de uso indevido e abusivo do direito, configurando perseguição política ("lawfare") orquestrada por interesses ligados ao ex-presidente da Câmara, Arthur Lira, e pelo MBL, visando aniquilar o Recorrente por sua atuação política. A representação seria, portanto, um instrumento para criar um estado fictício de quebra de decoro.
8. **Exercício do mandato parlamentar e imunidade material:** As ações do Recorrente foram consideradas pela defesa como inerentes ao exercício do mandato parlamentar, incluindo a liberdade de expressão, crítica e fiscalização. Tais atos estariam protegidos pela imunidade parlamentar material.



Por tais razões, o Recorrente postula o arquivamento ou a improcedência da representação ou, ainda, a declaração de nulidade do processo desde o seu início, com o retorno ao Conselho de Ética. Subsidiariamente, requer a adequação da penalidade imposta.

É o Relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

### II.1 - DO CABIMENTO DO RECURSO

O Recurso sob exame foi interposto com base no inciso VII do § 4º do art. 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados. Conforme se extrai desse dispositivo, resta claro que o recurso a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania apenas pode ser interposto pelo Representado e, ainda, quando concluído o processo disciplinar no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Ademais, extrai-se da norma supracitada que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania deve se limitar à análise dos alegados vícios de procedimento (*error in procedendo*) ocorridos no curso do processo político-disciplinar perante o Conselho de Ética, não lhe competindo adentrar o mérito da decisão proferida por aquele Colegiado.

Todavia, conforme será analisado adiante, alguns dos vícios suscitados pelo Recorrente dizem respeito ao mérito do julgamento realizado pelo Conselho de Ética, matéria que escapa à competência desta Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania. Qualquer incursão no mérito do juízo disciplinar importaria usurpação de competência daquele Colegiado e violação do devido processo legal, o que comprometeria a validade do processo como um todo.

Em vista disso, quanto aos vícios relativos ao mérito do julgamento realizado pelo Conselho de Ética arguidos e, em relação a esses, o presente Recurso é incabível.



Relativamente às demais questões, entendo que o Recurso sob exame observou tais requisitos, razão pela qual conheço parcialmente do Recurso nº 1, de 2025.

Passo, então, à análise do mérito recursal.

## II.2 - DO MÉRITO RECURSAL

No âmbito do processo disciplinar, em observância ao princípio da instrumentalidade das formas e do formalismo moderado, a nulidade de um ato só é declarada se houver um vício irreparável e quando for comprovado prejuízo real à defesa do acusado.

É necessário que as decisões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sejam devidamente fundamentadas, bem como que o debate ocorra de forma ampla durante a reunião em que o processo é apreciado. No entanto, não se exige que a decisão do Conselho tenha a mesma estrutura lógica e profundidade de conteúdo das sentenças judiciais. Basta que contenha razões suficientes para justificar a penalidade disciplinar imposta.

Ou seja, a fundamentação exigida pelo relator do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não precisa alcançar o nível de detalhe das decisões emitidas por órgãos judiciais. Como o julgamento é de natureza política, a motivação não se limita apenas ao relatório do relator, mas também pode estar presente nos debates realizados ao longo do processo disciplinar.

O Supremo Tribunal Federal já estabeleceu que não se pode equiparar o processo decisório parlamentar ao judicial no que se refere à fundamentação. A lógica e a forma de decidir no Parlamento são distintas das do Judiciário. As decisões parlamentares não seguem as mesmas regras que exigem relatório, justificativas detalhadas e dispositivo, sendo o procedimento parlamentar e o processo de tomada de decisões próprios.

Inobstante, a singularidade do rito parlamentar não autoriza decisões arbitrárias ou destituídas de qualquer justificativa. A Constituição e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados impõem a observância de critérios mínimos de razoabilidade e motivação, a fim de assegurar a



legitimidade do julgamento político-disciplinar. Portanto, ao apreciar recursos contra atos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, esta Comissão deve reconhecer as especificidades do processo parlamentar, mas também zelar pela integridade das garantias processuais e pela coerência institucional da sanção eventualmente imposta.

Posto isso, passo a analisar as alegações do Recorrente.

### **1. Inépcia da Representação e ausência de justa causa**

O Recorrente sustenta que a peça acusatória seria inepta por não conter descrição clara e individualizada dos fatos imputados, tampouco as provas correspondentes, alegando tratar-se de narrativa genérica, desconexa e imprecisa, incapaz de fundamentar a conclusão pela perda do mandato parlamentar.

No entanto, a análise da Representação nº 5/2024 revela que as condutas atribuídas ao Recorrente estão devidamente delineadas no item “1. Dos Fatos”, contendo a indicação precisa de datas, locais, identificação das pessoas envolvidas e descrição da dinâmica dos episódios. Ademais, os fatos narrados são acompanhados de registros audiovisuais que corroboram a versão apresentada pela parte autora da representação, conferindo-lhe robustez probatória mínima.

Dessa forma, não prospera a alegação de inépcia da representação nem a assertiva de ausência de justa causa. É pacífico na jurisprudência dos tribunais superiores que, quando a peça acusatória descreve os fatos de modo suficiente para viabilizar a compreensão da imputação e o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, não há que se falar em inépcia. Nesse sentido, conforme entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, uma vez superada a fase instrutória e proferida decisão de mérito por órgão colegiado, torna-se preclusa a alegação de vício formal na peça inicial, notadamente quando a defesa exerceu integralmente seu direito de manifestação, enfrentando os argumentos apresentados.

No caso concreto, regularmente aberto o prazo, a defesa do Recorrente apresentou arrazoado com 48 páginas, na qual rebateu



extensamente os fundamentos da acusação, o que evidencia o pleno conhecimento dos fatos e a inexistência de prejuízo.

Assim, a insatisfação do Recorrente quanto à formulação da inicial após o julgamento do mérito não pode ser acolhida como vício formal passível de nulidade, sob pena de subverter os princípios da preclusão e da segurança jurídica.

## 2. Suspeição do Relator

O Recorrente sustentou que o Deputado Paulo Magalhães, Relator do processo no Conselho de Ética, demonstrou parcialidade ao longo do processo por suas declarações e por supostamente ter interesse direto e pessoal no deslinde do caso. Mencionou, ainda, que o Relator teria se envolvido em dois casos de agressão física no passado, pelo que não estaria isento para julgar caso semelhante.

Não obstante as acusações da defesa, há de se ressaltar que o procedimento de escolha do Relator seguiu rigorosamente o disposto no art. 13, inciso I, do Código de Ética e Decoro Parlamentar (CEDP).

De acordo com o citado dispositivo, o Parlamentar a ser designado Relator não pode pertencer ao mesmo Partido ou Bloco Parlamentar do Deputado representado, ao mesmo Estado do Deputado representado e, em caso de representação de iniciativa de Partido Político, à agremiação autora da representação.

Mencione-se que não há quaisquer outros requisitos de escolha de Relator previstos nas normas internas que regem os processos em curso no Conselho de Ética, pelo que a substituição do Relator com base em critérios não escritos mostrar-se-ia temerária e até mesmo arbitrária.

Cabe registrar que o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou expressamente no sentido de considerar que os processos em curso no Conselho de Ética têm natureza política, razão pela qual constata-se a inaplicabilidade do regime de suspeições e impedimentos. Confira-se o



seguinte trecho da decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 34.037, de relatoria do Ministro Roberto Barroso:

O procedimento destinado a apurar a ocorrência ou não de quebra de decoro parlamentar, para fins de cassação de mandato, também tem natureza eminentemente política, não podendo ser equiparado a um processo judicial ou administrativo comum, pelo que não se mostra aplicável o regime legal de suspeições e impedimentos.

Ao contrário do que afirmou o Recorrente, a questão foi enfrentada mais de uma vez pelo Presidente do Conselho de Ética, Deputado Leur Lomanto Júnior, que decidiu acerca de pedidos formulados pelo Recorrente.

Não há, portanto, vício no procedimento que justifique a alegação de nulidade.

### 3. Ofensa às normas internas

No tocante à suposta violação do regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar em virtude da não disponibilização prévia do parecer, cumpre inicialmente transcrever o disposto no art. 17, § 2º, do Regulamento:

Recebido o parecer, a Secretaria do Conselho o desdobrará em duas partes, disponibilizando para divulgação apenas a primeira parte, formada pelo Relatório; a segunda, que consiste no Voto do Relator, ficará sob sigilo até sua leitura em reunião pública.

O relatório a que se refere o citado dispositivo nada mais é do que a parte do parecer “em que se fará exposição circunstanciada da matéria em exame”, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Assim, a suposta ausência de publicação prévia do relatório em nada prejudicaria a defesa do Recorrente.

E ainda que assim não fosse, o dispositivo acima transcrito não estabelece prazo para divulgação prévia do relatório, ressalvando apenas a manutenção do voto sob sigilo até a leitura. Desse modo, a divulgação do relatório na própria reunião de apreciação do parecer, antes da leitura pelo Relator, não feriu as normas internas que regem os processos no Conselho de





Ética. Da mesma forma, o sigilo do voto até o momento da leitura foi resguardado.

Em relação à alegada inobservância da precedência de questão de ordem apresentada pelo Deputado Guilherme Boulos sobre a abertura do painel de votação, extrai-se das notas taquigráficas transcritas no recurso apresentado que o Deputado Guilherme Boulos apresentou questão de ordem após o Presidente do Conselho ter declarado o início da votação do parecer. Percebe-se, portanto, que o anúncio e a leitura das orientações para votação precederam a questão de ordem, e não o contrário.

Outrossim, no que tange a suposta necessidade de presença física para votação que exige maioria absoluta, conforme apontado pelo Recorrente, impende registrar que a votação levada a cabo pelo Conselho de Ética seguiu os trâmites previstos no Ato da Mesa nº 154/2025, não havendo qualquer irregularidade na votação ocorrida na reunião do dia 9 de abril de 2025.

Desse modo, não se vislumbram antirregimentalidades no rito adotado no processo sob exame.

#### **4. Cerceamento de defesa**

No que concerne ao alegado cerceamento de defesa em razão do indeferimento da oitiva de metade das oito testemunhas arroladas pela defesa, cumpre mencionar que o art. 14, § 4º, inciso II, do CEDP estabelece que “se a representação não for considerada inepta ou carente de justa causa pelo Plenário do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, mediante provocação do relator designado, será remetida cópia de seu inteiro teor ao Deputado acusado, que terá o prazo de dez dias úteis para apresentar sua defesa escrita, indicar provas e arrolar testemunhas, em número máximo de oito”. O inciso IV, por sua vez, prevê que “apresentada a defesa, o relator da matéria procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias.”

Observado o procedimento previsto nos dispositivos supramencionados, o Relator indeferiu a oitiva das testemunhas Iara Roberta Bairros Lemos, Eduardo Alves Moreira, Felipe Neto Rodrigues Vieira e Jullyene



Cristine Santos Lins, com base na sua irrelevância e impertinência para a elucidação dos fatos apurados.

Inconformado, o Recorrente impetrou Mandado de Segurança<sup>1</sup> perante o Supremo Tribunal Federal, requerendo o deferimento de medida liminar para que as referidas testemunhas fossem ouvidas pelo Conselho de Ética ou para que representação fosse suspensa até o julgamento final do feito.

No mérito, requereu a concessão da ordem para “reconhecer a ilegalidade e o abuso de direito do ato de indeferimento da oitiva das testemunhas regularmente arroladas em processo por quebra de decoro parlamentar, com consequente anulação do ato impugnado”.

O Relator da matéria, Ministro Nunes Marques, indeferiu o pedido de liminar por não verificar a presença concomitante dos requisitos de perigo na demora e da plausibilidade jurídica da tese formulada pelo impetrante. Asseverou, ainda, o seguinte:

No processo penal, nem toda prova requerida deve ser obrigatoriamente deferida. A autoridade processante pode indeferi-la, desde que fundamentadamente, quando ela se revelar ilícita, impertinente, desnecessária ou protelatória. O mesmo raciocínio deve ser aplicado ao processo político-administrativo disciplinar, regido pelo Código de Ética e Decoro Parlamentar, sobretudo em casos de omissão normativa.

Assim, verifica-se que a tese apresentada pelo Recorrente já foi preliminarmente analisada pelo Supremo Tribunal Federal e aguarda decisão quanto ao mérito, sobre o qual não cabe manifestação por parte desta Comissão.

## 5. Demais alegações

Em relação às alegações formuladas pelo Recorrente quanto à ausência de proporcionalidade na penalidade imposta, à suposta violação da isonomia em relação a casos pretéritos, à tese de legítima defesa, à alegação de perseguição política com desvio de finalidade, bem como à invocação da imunidade parlamentar material, observa-se que todas essas matérias exigem, necessariamente, a reanálise da conduta do parlamentar e da sanção aplicada, ou seja, envolvem juízo de mérito sobre os fatos e provas apreciados pelo

<sup>1</sup> MS 40020.



Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Embora o Recorrente tente revesti-las da aparência de vícios constitucionais, o que se tem, na verdade, é a tentativa de reabrir discussão sobre a valoração dos elementos probatórios e a motivação da pena, o que escapa aos limites da competência recursal desta Comissão.

Com efeito, os princípios constitucionais da proporcionalidade e da individualização da pena — consagrados no art. 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal — representam garantias fundamentais aplicáveis a todo e qualquer cidadão, inclusive no âmbito de processos político-disciplinares. Trata-se de diretrizes que orientam o julgador na aplicação das sanções cabíveis, impedindo arbitrariedades e assegurando respostas estatais razoáveis e compatíveis com a gravidade da conduta. No entanto, a concretização desses princípios, no contexto de julgamento parlamentar, insere-se no espaço discricionário do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, órgão competente para realizar o juízo de adequação entre a conduta e a sanção. Em determinados casos, nos termos regimentais, essa deliberação é também submetida ao Plenário da Casa, conforme prevê o Código de Ética. Portanto, a dosimetria da sanção é matéria típica de mérito, cuja reavaliação nesta fase recursal não encontra respaldo normativo.

Conforme amplamente demonstrado neste voto, o art. 14, § 4º, inciso VII, do Código de Ética e Decoro Parlamentar atribui à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania competência estrita para apreciar vícios de procedimento (erro in procedendo), limitando-se à verificação da regularidade formal do processo, sem autorização para revisão do conteúdo do julgamento ou da valoração jurídica dada aos fatos (erro in iudicando). Assim, o exame das alegações do Recorrente quanto à aplicação ou não da imunidade material, à suposta existência de perseguição política, bem como à eventual desproporcionalidade da penalidade imposta, configuraria verdadeira usurpação de competência do Conselho de Ética e atentaria contra a separação funcional dos órgãos internos da Câmara dos Deputados. Por essas razões, tais alegações devem ser consideradas insuscetíveis de reexame por esta Comissão, no âmbito do presente recurso.



### II.3 - DA CONCLUSÃO DO VOTO

Por todo o exposto, conheço parcialmente do Recurso nº 1, de 2025, e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.

Sala da Comissão, em 24 de abril de 2025.

Deputado ALEX MANENTE  
Relator

